

Complexidade econômica e instituições: pontos de interseção em uma perspectiva teórico-conceitual para a compreensão do desenvolvimento

Adriano José Pereira¹
Igor de Menezes Larruscain²
Herton Castiglioni Lopes³

Resumo: O texto apresenta os principais conceitos adotados na abordagem da complexidade econômica, identificando seus usos também em uma perspectiva institucionalista, destacando o significado de instituição e de mudança institucional em economia. Questiona-se em que medida trata-se de formas de abordagem complementares sobre desenvolvimento. Existe uma lacuna na literatura sobre complexidade no que se refere a incorporação das instituições na análise do desenvolvimento, que aborde o caráter evolutivo do processo de desenvolvimento, em se tratando das relações econômicas mais complexas. O uso comum de ideias relacionadas a dependência da trajetória, aprisionamento, evolução, dinamismo, conhecimento tácito etc., de forma interligada, reforça a necessidade de que a abordagem da complexidade considere os elementos institucionais em uma análise do desenvolvimento de forma evolutiva. Não basta incorporar a ideia de que as instituições importam, e abordá-las a partir de um ranqueamento para definir quais as “melhores” e as “piores”.

Palavras-chave: complexidade; instituições; evolução; desenvolvimento.

Abstract: The text presents the main concepts adopted in the approach to economic complexity, identifying their uses also in an institutionalist perspective, highlighting the meaning of institution and institutional change in economics. It is questioned to what extent these are complementary approaches to development. There is a gap in the literature on complexity regarding the incorporation of institutions in the analysis of development, which addresses the evolutionary character of the development process, in the case of more complex economic relationships. The common use of ideas related to path dependence, locked in, evolution, dynamism, tacit knowledge, etc., in an interconnected way, reinforces the need for the complexity approach to consider the institutional elements in an evolutionary analysis of development. It is not enough to incorporate the idea that institutions matter, and approach them from a ranking to define which are the “best” and the “worst”.

Key words: complexity; institutions; evolution; development.

JEL: B52

Área 1: Metodologia e História do Pensamento Econômico

¹ Professor do Depto de Economia e Relações Internacionais e do Programa de Pós-graduação em Economia e Desenvolvimento da UFSM. E-mail: adrianoeconomia@ufsm.br

² Aluno de doutorado do Programa de Pós-graduação em Economia da UFRGS. E-mail: igor_menezes06@hotmail.com

³ Professor Adjunto da Universidade Federal Fronteira Sul. E-mail: herton.lopes@uffs.edu.br

1- Introdução

Na medida em que entendemos o significado de complexidade econômica, em seu caráter dinâmico, verificamos que muitos dos conceitos e das ideias adotadas são usuais também entre autores institucionalistas, sobretudo quando se trata da perspectiva evolucionária acerca do papel das instituições, presente em parte das abordagens institucionais do desenvolvimento econômico desde Veblen (2017 [1898]). No entanto, grande parte das abordagens acerca da complexidade, que incorporam instituições na análise, tem se caracterizado pelo uso de instituições “quantificáveis”, por vezes revelando que os resultados esperados têm sido tão ou mais importantes do que a análise dos processos que levaram a existência de determinadas instituições, consideradas como favoráveis ou, em caso contrário, como entraves ao desenvolvimento. Por isso entende-se que é fundamental a análise do processo de mudança institucional também como forma de compreender a complexidade econômica, como processos imbricados e de longo prazo.

Nesse sentido, a proposta do texto é apresentar os principais conceitos que dão sustentação a ideia de complexidade econômica e identificar as formas do seu uso nas abordagens institucionalistas, tomando como ponto de partida o entendimento do significado de instituição e de mudança institucional em economia. Pretende-se verificar se há apenas um uso comum ou se trata de formas de abordagem sobre desenvolvimento que contemplam perspectivas analíticas complementares. Deve-se ressaltar que, no âmbito da economia institucional, não há consenso acerca do que são instituições e de como se dá o processo de mudança institucional, como será visto na terceira seção.

Parte-se da ideia de que desenvolvimento econômico implica em mudanças estruturais produtivas que demandam instituições compatíveis, portanto, da consolidação das transformações econômicas como fatores endógenos ao desenvolvimento. Nesse sentido, entende-se que a complexidade econômica em grande medida reflete a imbricação das relações existentes entre as instituições vigentes e a estrutura produtiva de uma economia. Não é viável pensar a complexidade econômica apenas a partir das relações produtivas e comerciais, se o objetivo da análise é a compreensão do desenvolvimento econômico como um processo dinâmico e de longo prazo; ou seja, em si, desenvolvimento é um fenômeno complexo, portanto, implica em mudanças estruturais produtivas e institucionais, de forma simultânea e interligada.

Ainda que as instituições econômicas sejam um tema em comum, de fato diferentes perspectivas analíticas e metodológicas têm se estabelecido na análise do papel das instituições no desenvolvimento econômico. A perspectiva que mais tem se destacado é a da Nova Economia Institucional (NEI), que acabaria se transformando na “corrente institucionalista dominante” em economia (*mainstream economics*). Como um dos contrapontos⁴, a abordagem institucionalista com viés evolucionário, tem resgatado ideias do “institucionalismo original” (*original institutional economics* ou OIE), procurando compreender o processo de formação das instituições econômicas como dinâmico e incerto, e nesse sentido tem comungado de diferentes perspectivas teórico-analíticas. Nesse sentido, por um lado, questiona-se se haveria um paradoxo na abordagem da complexidade, dado que a perspectiva analítica da NEI não é evolucionária, portanto, limita a compreensão do processo de mudança institucional; por outro lado, avaliar as instituições como resultado do desenvolvimento estabelece referências acerca dos objetivos perseguidos para se atingir o próprio desenvolvimento.

Nesse sentido, entende-se que a análise do desenvolvimento, enquanto fenômeno complexo, necessita de esclarecimentos acerca da relação entre instituições e complexidade.

⁴ Para maiores detalhes sobre as diferentes “vertentes” institucionalistas em economia ver Conceição (2001 e 2002) e Pereira, Lopes e Conceição (2019).

Primeiro, porque existe uma lacuna na literatura sobre complexidade no que se refere a incorporação das instituições na análise do desenvolvimento; segundo, porque a literatura institucionalista, com viés evolucionário, tem servido, desde sua origem, como um referencial teórico-conceitual que aborda o caráter evolutivo do processo de desenvolvimento, sobretudo no que se refere às relações econômicas mais complexas, decorrentes da inevitável interação das estruturas produtivas em constante transformação, em um ambiente institucional que algumas vezes favorece e outras vezes cria empecilhos ao desenvolvimento, como destacado anteriormente. Acrescente-se que a multidisciplinaridade da abordagem institucionalista evolucionária também reflete a necessidade de compreensão do desenvolvimento enquanto fenômeno complexo.

Além desta introdução, o artigo apresenta uma segunda seção que trata da complexidade econômica e sua relação com o processo de desenvolvimento, enquanto mudança estrutural e institucional, de forma simultânea e interligada. A terceira seção destaca a importância da mudança institucional como algo inerente ao processo de desenvolvimento econômico. A quarta seção apresenta uma síntese, como considerações finais, buscando apresentar pontos de ligação entre complexidade e instituições, como forma de compreender o desenvolvimento econômico enquanto um processo dinâmico.

2- Complexidade econômica, mudança estrutural e desenvolvimento

A abordagem a partir de sistemas complexos representa um movimento ou programa de pesquisa nas ciências, que estuda como a interação de elementos em um sistema pode criar os padrões que definem essa estrutura e como esta, por sua vez, acaba influenciando no comportamento desses elementos. Isso também ocorre na economia, em contraponto à visão estática de como um sistema tenderia sempre ao equilíbrio. A representação da economia, a partir da visão da complexidade, demonstra um processo contínuo de mudança ao longo do tempo, ou seja, um sistema que evolui. (ARTHUR, 2014, BEINHOCKER, 2006).

Como destaca Colander (2009), os economistas entendem que a economia se trata de um fenômeno complexo e que sua função é transformá-la em algo mais simples para que possa ser estudada. Nesse sentido, ao se analisar a economia a partir da complexidade, a intenção não é rechaçar a simplificação dos modelos econômicos, mas sim redirecionar o processo de construção dos modelos para as interações dos elementos do sistema. A complexidade econômica, apesar de também ter o foco em questões que envolvem matemática e estatística, está aberta a inserção de elementos que envolvem a história, instituições e outros aspectos que não são considerados, por exemplo, nos modelos neoclássicos.

A diferença do uso da simplificação matemática, a partir da abordagem da complexidade, é que ela também comporta modelos não-lineares que apresentam resultados não determinísticos. A intenção não é criar um modelo formal que represente uma solução universal para fenômenos complexos, mas sim analisar os padrões que surgem a partir dos repetidos acontecimentos desses fenômenos ao longo do tempo. Os modelos não-lineares que são definidos a partir disso podem ser abertos e sem uma solução única, podendo ocorrer diversos resultados, que dependem das condições iniciais e da trajetória criada a partir da interação dos elementos. A abordagem da complexidade considera as leis probabilísticas e não pode ser reduzida ao nível das leis de cada elemento. Isso implica que a composição dos elementos de um sistema é um fenômeno que apresenta um comportamento próprio e não é apenas a soma de seus componentes. Assim, esses sistemas evoluem e formam novos padrões característicos (COLANDER, 2009).

Arthur (2014, p. 3) define: “Complexity, in other words, asks how individual behaviors might react to the pattern they together create, and how that pattern would alter itself as a result”. Essa afirmação denota o caráter de não equilíbrio que a complexidade assume, se as interações

podem ser alteradas ao longo do percurso (pela influência dos padrões, assim como os padrões também podem se modificar) podem se modificar, então os resultados também podem ser diferentes, o que por definição não configura um sistema em equilíbrio. O argumento de Arthur é de que o não equilíbrio é o estado natural da economia, e esse estado surge endogenamente por duas razões: a incerteza e a inovação tecnológica.

A incerteza é um fator permanente na economia, pois todas as tomadas de decisão envolvem, em algum grau, previsões quanto ao futuro, seja em um curto ou longo período de tempo, que não necessariamente se confirmam; para realizar tais previsões os agentes dispõem de algum grau de conhecimento, ou em alguns casos nenhum, para balizar suas decisões. O nível de informações que cada agente dispõe é diferente e as decisões são tomadas mesmo quando não há informação que crie uma probabilidade sobre determinada situação. Isso impossibilita a existência de uma decisão ótima, dado a presença dessa incerteza fundamental. Então, a tomada de decisão é um processo que se adapta e evolui constantemente, pois os agentes formam seus modelos internos de crenças a partir de suas experiências e os modificam de acordo com cada nova situação. E como existe interação, esse processo se torna mais complexo, pois os agentes não formam apenas suas próprias expectativas, mas também expectativas sobre as expectativas dos demais agentes (ARTHUR, 2014).

Essa situação de interação entre os agentes é um ponto importante na questão da tomada de decisão e é descrita por Arthur (2021, p.128) como uma “ecologia”⁵ de previsões. Esse sistema, ou “ecologia”, é criado a partir da interação das estratégias de previsão ou ação dos agentes, e é dentro dele que estas últimas são testadas e competem se adaptando, sendo eliminadas ou se propagando. Esse processo se assemelha a relação entre espécies, onde há uma competição contínua e conseqüentemente há adaptação e coevolução, o que aproxima o estudo da complexidade econômica da biologia evolucionária. A partir dessa visão de complexidade, as soluções ou resultados emergem desse processo evolutivo, por isso as soluções ótimas são difíceis de serem alcançadas. Diante da incerteza, os agentes precisam construir não apenas as suas estratégias de decisão, como também expectativas sobre os demais agentes, tornando esse processo mais complexo e longe de um resultado de equilíbrio.

Em relação ao segundo fator, a inovação tecnológica, Arthur (2009) observa que as mudanças no padrão tecnológico caracterizam esse processo evolutivo e denotam a complexidade das interações na economia. Evidentemente essa evolução é produto das descobertas e do trabalho humano, e elas acontecem principalmente para atender as necessidades das pessoas. Elas podem acontecer por um longo trabalho de pesquisa e testes que envolvem tentativas anteriores, ou também a partir da identificação e controle de algum fenômeno que atenda determinada demanda. E esse processo é evolutivo porque o surgimento de novas invenções depende da tecnologia disponível anteriormente, mesmo quando se trata de uma descoberta “não intencional”, pois para o estudo e utilização desse tipo de invenção são necessárias outras tecnologias complementares, que também acabam gerando novas demandas por esses bens complementares. A evolução tecnológica ocorre então por “combinação” das tecnologias prévias (ARTHUR, 2009).

Sobre esse processo evolutivo por combinação, Arthur (2014, p. 6) remete à Schumpeter (1912) para destacar o poder disruptivo da inovação tecnológica sobre a economia e argumenta que tal capacidade é mais impactante do que este autor concebeu. Isto porque a mudança tecnológica é um processo que se autorreforça. A inovação não causa a disruptividade apenas quando é adotada, novas tecnologias criam demandas para outras novas tecnologias relacionadas. Desta forma, uma nova tecnologia não é apenas uma externalidade que tira o sistema econômico do equilíbrio em determinadas ocasiões. A inovação tecnológica não é ocasionalmente disruptiva, ela se propaga gerando novas ondas disruptivas e ocorre de forma

⁵ Esse termo é a tradução literal da palavra *ecology*, utilizado por Arthur (2021).

endógena gerando esse ciclo permanente de mudança tecnológica. Portanto, esse fator, em conjunto com a incerteza, são variáveis endógenas ao sistema econômico que o mantém fora de um estado de equilíbrio único.

Estando o sistema econômico em um estado de não-equilíbrio, ou comportando diversos pontos de equilíbrio diferentes, é possível que existam resultados diferentes para cada tipo de interação entre os elementos. Isso pode ocorrer em um nível micro com agentes e empresas, por exemplo, assim como em nível macro com países. As possíveis combinações de tecnologia e nível de riqueza que uma nação consegue atingir podem variar consideravelmente dependendo de como ocorrem as interações, mesmo em casos onde as dotações iniciais são semelhantes. Depende do processo evolutivo pelo qual esses elementos passam.

Beinhocker (2006, p.317) afirma que a evolução é uma “máquina de criação de conhecimento”. Assim como em uma biosfera que abrange uma gama imensa de conhecimentos devido ao processo evolutivo (conhecimento referente aos fenômenos de diferenciação, seleção, replicação e repetição), toda a produção humana é repleta de conhecimentos. A economia é formadora de ordem, esses conhecimentos compõem os bens e serviços que competem para atender as necessidades humanas. Os bens, técnicas, tecnologias, instituições passam pelos processos de seleção, diferenciação e replicação e os conhecimentos vão se difundindo no sistema econômico. Assim, toda riqueza criada é fruto do acúmulo de conhecimentos, e a diferença de capacidade de criação de renda entre diferentes economias depende da quantidade de conhecimento acumulada em seu processo evolutivo.

A compreensão de que a riqueza se forma através de um processo evolutivo que envolve o acúmulo de conhecimentos, traz implicações diretas para o entendimento do desenvolvimento a partir da complexidade econômica. Os trabalhos seminais de Hidalgo et al (2007), Hidalgo e Hausmann (2009) e Hausmann et al. (2014), constroem uma abordagem ferramental que visa apontar a importância do conhecimento acumulado para a geração de riqueza, através de dados sobre a pauta produtiva dos países.⁶ Esses estudos fomentaram a discussão sobre a relação entre mudança estrutural e desenvolvimento. Na abordagem proposta pelos autores, o desenvolvimento econômico seria um resultado da complexidade das interações entre agentes, das atividades de uma economia e do conhecimento que permeia essas interações.

Assim, nesse processo, o grau de complexidade dessas atividades depende do montante de habilidades e conhecimentos acumulados e combinados na produção corrente. Esses conhecimentos, por sua vez, formam as capacidades produtivas que definem o tipo de produção de um país. A tentativa de mensurar o conhecimento não é uma inovação no âmbito das ciências econômicas. O trabalho clássico de Arrow (1962) propõe um modelo onde o conhecimento acumulado é representado pelo investimento bruto acumulado. Em sua proposta, o conhecimento é adquirido através da experiência, ou como ele denomina *learning-by-doing*, ou seja, o aprendizado que se realiza através da prática de determinada atividade (pela experiência). A mudança técnica ocorre através do investimento em novos bens de capital, e esses por sua vez incorporam o conhecimento existente naquele lugar.

Segundo Hausmann et al (2014) e Hidalgo (2015) os países ou localidades possuem diferenças na quantidade e tipo de conhecimentos acumulados porque em grande parte dos casos o conhecimento produtivo está relacionado ao tipo tácito. Essa forma de conhecimento está relacionada ao aprendizado adquirido pelo *learning-by-doing*, ou seja, é de difícil transmissão e tem alto custo de aquisição. Isto porque o aprendizado é um processo experimental e envolve o meio social onde os agentes estão inseridos. Assim, esse processo apresenta também um viés geográfico⁷. As capacidades se cristalizam em uma determinada

⁶ Recomenda-se consultar o “Atlas da complexidade econômica” para uma visualização bem como para a obtenção de dados acerca destes conceitos e ideias desenvolvidos por estes autores em: <https://atlas.cid.harvard.edu/>

⁷ Para uma ampla revisão de literatura sobre a “geografia da inovação” ver Garcia (2021).

estrutura social através de seus agentes, meios produtivos e instituições, e sua replicação é dificultada em estruturas diferentes.

O conceito de “Espaço de Produtos”, desenvolvido em Hidalgo et al. (2007) busca demonstrar, através de uma análise em rede, como a estrutura produtiva (que serve como uma demonstração das capacidades produtivas e conhecimentos de uma economia) dos países está relacionada ao seu nível de renda. Utilizando dados sobre o comércio internacional (nesse caso exportações) os autores calcularam um desenho de rede que liga todos os produtos transacionados entre diversos países. Os produtos são os nós da rede, e cada nó se conecta com produtos que são oriundos de uma classe de produção semelhante, ou seja, que utilizam as mesmas capacidades produtivas ou capacidades produtivas similares. Cada área do espaço corresponde a uma classe de produtos. Os produtos que necessitam de capacidades produtivas mais complexas possuem um número maior de elos de ligação. Isso significa que as capacidades envolvidas na produção desses bens permitem a produção de uma gama maior de outros bens. Por outro lado, os bens com poucas conexões restringem a estrutura produtiva. O resultado encontrado apontou que o desenho da estrutura produtiva dos países mais ricos se encontra em áreas do espaço de produto com bens que tem mais conexões; logo, eles produzem uma variedade maior de bens e alguns bens que são mais complexos.

A concepção do espaço de produtos traz alguns conceitos importantes para essa análise em redes: a proximidade, a densidade e a familiaridade. As capacidades produtivas não envolvem apenas os fatores produtivos e capital humano, mas também elementos como tecnologia, infraestrutura, instituições, além de inúmeros outros fatores que constituem a estrutura social. A proximidade diz respeito a relação entre dois produtos que compartilham, em maior ou menor grau, as mesmas capacidades produtivas, mas também um ambiente semelhante. Ou seja, eles possuem conexões e são “próximos” no espaço de produtos. Se um produtor possui as capacidades para a produção de um determinado bem, provavelmente conseguirá produzir o outro de igual maneira, assim, a tendência é de que as estruturas produtivas dos países se direcionem para bens próximos aos que eles já produzem (HIDALDO et al. 2007).

A densidade se refere a quantidade de ligações em um ponto determinado do espaço de produtos. Os produtos que tem maior proximidade com uma quantidade maior de outros bens, acabam se concentrando em determinadas áreas do espaço de produtos. Como nessas áreas os nós, no caso os bens, tem muitas conexões com outros produtos, que também tem diversas conexões, essa área se torna “densa”. O tipo de produto que se encontra nas áreas mais densas permite que a produção corrente migre para diversos outros produtos, já que estes compartilham capacidades produtivas semelhantes. O contrário também ocorre, os produtos que se encontram em áreas menos densas, com menos conexões, não permitem que a produção corrente mude para muitos outros bens, dificultando o processo de mudança estrutural (HAUSMANN e KLINGER, 2007).

Segundo Hidalgo (2021, p. 6) a familiaridade “[..] measures the affinity between a location and an activity”. A medida de familiaridade indica a possibilidade de mudança estrutural para uma determinada economia. Hidalgo também destaca que a rede do espaço de produtos apresenta diversos *clusters* nas áreas mais densas e pontos periféricos com conexões esparsas. Esse é o ponto que denota a importância dos conceitos de proximidade, densidade e familiaridade. À medida que é possível desenhar o quadro de uma estrutura produtiva como uma rede, demonstrando suas conexões e possibilidades de conexão, é possível também definir suas possibilidades de realizar a mudança estrutural.

Evidentemente, a complexidade da economia não reside apenas nos bens que são produzidos. Como destacou Beinhocker (2006), a formação de riqueza decorre do acúmulo de conhecimentos que uma economia adquire através de um processo evolutivo. Os trabalhos de Hausmann e Hidalgo buscam criar uma representação desse conhecimento através dos bens que

os países produzem. Para Hidalgo (2015), os objetos oriundos da produção humana são uma forma de codificação e transmissão de informações. São uma forma de transmissão do conhecimento produtivo, logo evidenciam o nível de complexidade de uma economia.

Em Hidalgo e Hausmann (2009) e Hausmann et al (2014) os autores propõem uma métrica de complexidade para os países e produtos, que é o “Índice de Complexidade”. A partir da utilização de uma base de dados sobre as exportações dos países o índice é calculado através da relação de duas variáveis: a diversidade e a ubiquidade. A diversidade é a quantidade de produtos que um país produz. A ubiquidade diz respeito a escassez de um bem, ou seja, quanto menos países conseguirem produzir um bem menor é a sua ubiquidade. A estrutura produtiva de um país é mais complexa na medida em que apresenta uma grande diversidade de produtos e quanto mais produtos não-ubíquos consegue produzir. E um bem é mais complexo quanto menor for sua ubiquidade e se os países que o produz possuem uma economia mais diversificada.

Os resultados apresentados pelo índice demonstram que a complexidade da estrutura produtiva de um país está diretamente relacionada ao seu nível de renda. As economias mais complexas são, em grande maioria, os países ricos e industrializados. Esses países conseguem ter uma pauta produtiva diversificada e oferecem produtos que poucos outros países têm capacidade de produzir. Levando em conta as redes do espaço de produtos, a estrutura desses países se encontra em áreas densas e com diversas conexões. Isso demonstra um grande acúmulo de conhecimento em suas capacidades produtivas. Assim como os países ricos apresentam uma produção complexa, os países menos desenvolvidos apresentam uma economia bem menos diversificadas e especializadas em bens pouco complexos. Sua produção tem poucas conexões, o que dificulta o acontecimento de um processo de mudança estrutural.

Esse conjunto de ferramentas ajuda a demonstrar a relevância da abordagem da complexidade para se analisar a economia e principalmente fenômenos como o desenvolvimento. A estrutura produtiva é um reflexo do processo evolutivo pelo qual as economias passam. Essa divergência de resultados também acontece porque as economias ficam aprisionadas (*locked-in*) em determinadas estruturas ao longo do tempo, ou sofrem efeitos de eventos passados gerando uma dependência da trajetória (*path-dependence*). Para Arthur (1990, 1994), a condição de retornos decrescentes não é padrão para toda economia. Em diversos casos existem tipos de atividades que apresentam retornos crescentes e estas apresentam vantagens e se sobressaem, não permitindo que os preços e quantidades do resto do mercado atinjam uma situação ótima. Logo, como condição necessária para o equilíbrio é descartada a possibilidade de uma solução única. Essa situação pode levar a padrões como o de *lock-in* e dependência da trajetória⁸.

Uma situação de aprisionamento ocorre quando uma economia se encontra em uma determinada estrutura, onde seus fatores endógenos não permitem que ela se modifique. Mesmo que esse sistema gere resultados negativos, a sua dinâmica o mantém ao longo do tempo. Já o processo de dependência da trajetória ocorre quando os resultados de determinados acontecimentos reverberam sobre o processo evolutivo de uma economia e seus efeitos ainda são visíveis na atualidade. Ou seja, a história de sua trajetória molda a situação atual. Esses dois processos também atuam de forma conjunta ou são definidos pelo mecanismo de autorreforço, fazendo que tecnologias, processos, instituições ou outros fatores que apresentam retornos crescentes se propaguem, incrementando ainda mais seus retornos a partir dessa situação (ARTHUR, 1994).

Arthur (1990, p. 95) cita o exemplo das indústrias de alta tecnologia. Essas atividades podem auferir vantagens porque apresentam um nível elevado de aprendizado. À medida que essa indústria adquire experiência em suas atividades, passa a ter custos menores e ganhar

⁸ Mais argumentos sobre o aprisionamento tecnológico/institucional podem ser encontrados em Dosi (1988) e Hodgson (1997)

parcela do mercado. Esse é um exemplo que pode ser visualizado a partir da medida do espaço de produtos. Os bens de grande intensidade tecnológica, que envolvem alto grau de conhecimento e aprendizado, se localizam em áreas densas e como tem várias ligações, podem migrar sua produção para diversos outros bens semelhantes. Isso só é possível porque o montante de conhecimento acumulado por esses países permite que sua estrutura produtiva seja diversificada e que bens não-ubíquos sejam ofertados.

A existência desses fenômenos na economia permite a ocorrência de múltiplos resultados. As economias dos países apresentam estruturas e resultados diferentes porque passaram por trajetórias de desenvolvimento diferentes, mesmo que se esteja falando de elementos do mesmo sistema. A abordagem da complexidade traz novas perspectivas de se entender as trajetórias econômicas, porque se mostra promissora em compreender o processo de desenvolvimento, principalmente quando se aborda a mudança estrutural nas formulações mais recentes. O que se destaca é a visão da economia como um sistema em processo de evolução, dinâmico, e que o conhecimento é um elemento endógeno e de grande relevância, assim como outras vertentes da economia têm feito, inclusive no que se refere ao institucionalismo, como será visto na próxima seção.

3- Mudança institucional e desenvolvimento econômico

A partir do conceito de instituição, esta seção irá abordar a mudança institucional como um processo dinâmico, que pode resultar tanto em condições favoráveis como desfavoráveis ao desenvolvimento.

Começando pelos autores alinhados a NEI, para Mathews (1986), as instituições são um conjunto de direitos e obrigações que afetam a vida econômica das pessoas. Este conceito, apesar de bastante simplificado, está baseado em quatro suposições fundamentais, que o autor classifica como abordagens (*approachs*): em primeiro lugar, é fundamental que os direitos de propriedade estejam estabelecidos em lei; segundo, que as convenções ou normas de comportamento econômico, enquanto suplementares à lei, em algumas circunstâncias, são mais eficazes que a lei porque estariam menos sujeitas a custos de transação; terceiro, que as instituições podem se configurar como “tipos de contratos”; e, quarto, que os contratos demandam uma “autoridade” para seu cumprimento. Portanto, considerando-se os *approachs* fundamentais, o conceito de Mathews (1986) é bastante amplo no que se refere a combinação de direitos e obrigações, ainda que seja limitado no sentido do papel das instituições, sobretudo no que se refere ao processo de formação e estabelecimento das mesmas, e o impacto deste processo no desenvolvimento.

Pode-se argumentar que, em grande medida, o conceito de Mathews (1986) representa uma visão que tende a ser incorporada por grande parte dos autores filiados à NEI, em que o estabelecimento de instituições adequadas/eficientes potencializa as condições de desenvolvimento, em um sentido unidirecional, em que os agentes, individualmente, aderem aos mecanismos estabelecidos a partir de fins desejáveis. Ou seja, o desenvolvimento econômico passaria pela ação microeconômica, a partir de uma tomada de decisão em um ambiente que resguardaria um certo grau de previsibilidade, dado que instituições ineficientes tenderiam a ser substituídas por eficientes que, ao prevalecerem, se transformariam em referências para a tomada de decisões, visando minimizar as incertezas do processo decisório.

Complementar a perspectiva de Mathews (1986), e servindo de conceito base para outros expoentes da NEI, como Williamson (1998 e 2000), North (1990, p. 3) afirma que: “As instituições são as regras do jogo em uma sociedade ou, mais formalmente, são as restrições humanamente concebidas que moldam a interação humana.” E complementa em North (1991, p. 97): “As instituições são as restrições concebidas humanamente que estruturam a interação política, econômica e social. Elas consistem em restrições informais (sanções, tabus, costumes,

tradições e códigos de conduta) e regras formais (constituições, leis, direitos de propriedade).” Nesta perspectiva, as instituições seriam as “regras do jogo”, enquanto indivíduos e organizações seriam os “jogadores” (NORTH, 1990; WILLIAMSON, 2000).

Há o entendimento de que os indivíduos fazem escolhas em condições estabelecidas, daí a ênfase na ideia de restrições e incentivos. Ao diminuir as incertezas e o oportunismo, por exemplo, as instituições (as restrições ou constrangimentos, com base em direitos e obrigações) reduziriam os custos de transação ao aumentarem a previsibilidade das trocas, ou seja, tornariam mais efetivos o cumprimento dos contratos e mais eficientes as relações econômicas. Destaca-se a tomada de decisão individual em um ambiente institucional, que pode estabelecer também mecanismos de incentivo, aumentando a cooperação e reduzindo os conflitos transacionais. Portanto, é um conceito que enfatiza os aspectos microeconômicos do desenvolvimento. Ao estado, em seu papel institucional, caberia acima de tudo as funções atreladas aos mecanismos de *enforcement action* (uma espécie de árbitro “vigilante”), ou seja, o papel de garantidor do cumprimento das “regras do jogo”, no sentido de operar o sistema legal para o cumprimento das normas, leis, contratos etc., e de executor de punições, quando necessário.

Em síntese, a ênfase nos aspectos microeconômicos, a partir da tomada de decisão individual, baseada em um determinado contexto institucional, tem caracterizado a abordagem da NEI. O ambiente macroeconômico é importante, mas é na compreensão das ações individuais (indivíduos e organizações) que se concentra a perspectiva analítica dos autores da NEI.

Em relação a ênfase nos aspectos mesoeconômicos, sem negligenciar as demais amplitudes analíticas do desenvolvimento, para Hodgson (2006, p. 2) as instituições são definidas “(...) como sistemas de regras sociais estabelecidas e prevalentes que estruturam as interações sociais. Língua, dinheiro, leis, sistemas de pesos e medidas, modos à mesa e empresas (e outras organizações) são, portanto, instituições.” Neste texto, Hodgson (2006) debate com Douglass North a noção de instituições e a importância de se fazer uma diferenciação entre instituições, convenções e regras. Além de um resultado efetivo (que ocorre), para Hodgson (2006), as instituições também compreendem uma dimensão mental (como nos “hábitos de pensamento” em Veblen (1965)). Em Hodgson (2007, p. 96): “As instituições são sistemas de regras sociais estabelecidas e incorporadas que estruturam as interações sociais”. Observe-se que a novidade em relação ao conceito de Hodgson (2006) é a ideia de enraizamento das regras sociais, ou seja, de que as instituições fazem parte de um processo histórico e evolutivo, fruto de um permanente processo de interação, dos indivíduos a partir das instituições existentes e destas entre si.

A ideia de interação toma uma dimensão mais adequada, sobretudo a partir do conceito de *reconstitutive downward effects* (efeitos reconstitutivos de cima para baixo ou descendentes) (HODGSON, 2011), em que o autor destaca a interação entre indivíduos e instituições, em um processo de transformação permanente. Este conceito compreende um escopo analítico que procura estabelecer relações entre os âmbitos micro e macroeconômico (HODGSON, 1997), mas sobretudo destaca a importância do processo de transformação permanente das instituições, portanto, enfatiza os aspectos mesoeconômicos como foco analítico do desempenho das economias considerando-se as relações entre indivíduos, a partir e através das instituições, bem como destas entre si. As instituições constituem-se em elos fundamentais das relações econômicas e sociais.

Portanto, as instituições aparecem como fundamentais para as regularidades que se observam no plano micro e são transpostas ao plano agregado justamente por se constituírem de hábitos. A tradição institucionalista, que procura se utilizar da tradição vebleniana (Hodgson, 1997; Conceição, 2012), têm tratado alguns fenômenos econômicos que se manifestam em nível agregado como propriedades emergentes. Para Hodgson (1997), o conceito de

propriedade emergente estaria presente em Veblen, sendo definido como parte de um sistema complexo que: a) pode ser avaliado em termos agregados, sem referência aos atributos microeconômicos; b) persiste por períodos de tempo significativamente maiores do que aqueles necessários para descrever as micro-interações fundamentais e; c) não é explicável inteiramente a partir das micropropriedades elementares do sistema. Exemplos de propriedades emergentes seriam facilmente encontrados em outras ciências. É o caso da consciência e do comportamento humano, que emergem a partir do complexo sistema nervoso; do movimento das moléculas, e consequente nível de temperatura; da junção de moléculas de hidrogênio e oxigênio que permite o aparecimento da água (H₂O) e; das novas cores, que surgem com a junção de outras⁹. Na economia, exemplos concretos de propriedades emergentes seriam fenômenos como crescimento (CONCEIÇÃO, 2012), ou mesmo a inflação¹⁰. Em tais fenômenos, uma abordagem macroeconômica e institucionalista é imprescindível. Neste caso, a Teoria da Regulação ganha destaque porque as instituições e o conjunto de regularidades que se processam no plano microeconômico são responsáveis pela definição de um regime de acumulação ou mesmo alterações nos preços que resultam das condições macroeconômicas vigentes¹¹ e do regime de acumulação estabelecido.

Os regulacionistas assumem que a coesão social e a acumulação de capital, são resultado das instituições socioeconômicas, apresentando o conceito de regime de acumulação como a instância mais agregada do sistema e de regulação como a mais desagregada, sendo definida como um conjunto de mediações institucionais e organizacionais que mantém as distorções causadas pelo processo de acumulação de capital em níveis aceitáveis (AGLIETTA, 1976). A forma de regulação dá origem a especificidade das formas institucionais, responsáveis por transpor as regularidades microeconômicas ao plano macro, determinando as características de determinado regime de crescimento.

Obviamente, a Escola Regulacionista, ao tratar das formas institucionais e do papel das instituições no contexto micro e macroeconômico, incorpora ainda a contribuição keynesiana, seja pela análise que faz do período pós-Segunda Guerra quando se estabelece o *welfare state* e a supremacia da forma institucional *wage labour nexus*, seja por sua noção de moeda, que assume papel preponderante na forma de regulação instituída, afastando-se dos pressupostos de neutralidade advindos da teoria econômica convencional (BOYER, 1990).

Por sua vez, cabe observar que os aspectos macroeconômicos do papel das instituições no desenvolvimento encontram paralelos em autores desenvolvimentistas que se deslocam da visão de curto prazo, para avaliar como as instituições são importantes para coordenar as ações de agentes e seus impactos no longo prazo. Cabe destacar o conceito de instituições de autores como Chang e Evans (2005, p. 99): “As instituições são padrões sistemáticos de expectativas compartilhadas, suposições tidas como certas, normas aceitas e rotinas de interação que têm efeitos robustos na formação das motivações e do comportamento de conjuntos de atores sociais interconectados.” Neste caso, fica evidente que existe a necessidade de compreender que os indivíduos interagem com as instituições, ou seja, algo semelhante ao que argumenta Hodgson (2011), quando desenvolve a ideia de *reconstitutive downward effects*, ou da Teoria da Regulação quando descreve como as formas institucionais representam as regularidades do nível microeconômico que são transpostas ao plano agregado, oferecendo consistência à consolidação de determinado regime de acumulação. Para além desse ponto, a perspectiva de

⁹ Exemplos citados por Hodgson (1997a) a partir dos trabalhos de Sperry (1991), de Feyerabend (1965); de Durkheim (1982) e Cohen e Stewart (1994)].

¹⁰ A inflação é um fenômeno que emerge do plano individual, a partir dos hábitos compartilhados, ao plano macroeconômico ganhando características próprias, mas ainda influenciada por fatores institucionais, individuais e macroeconômicos (ver LOPES e CONCEIÇÃO, 2016)

¹¹ Ver os trabalhos de Boyer e Saillard (2002), Conceição (1987) e Bruno (2004).

Chang e Evans (2005), assim como a keynesiana¹², compreende questões de cunho mais abrangente, em regra visando abordar a dinâmica dos processos de desenvolvimento, portanto, destacando os aspectos macroeconômicos e estruturais do desenvolvimento. O estado passa a ter um lugar central na análise do desenvolvimento a partir da mudança institucional.

Compreendido as principais diferenças em relação ao que se entende por instituições em economia, pelo menos em uma perspectiva geral, faz-se necessário abordar o processo de mudança institucional para compreendermos o papel das instituições no desenvolvimento.

Conceitos como inércia, *lock-in*, enraizamento e trajetória, para dar alguns importantes exemplos, são comuns em diferentes perspectivas institucionais; por isso devem ser utilizados sempre de forma a contextualizar tanto o seu uso quanto a sua importância para cada um dos autores, ou seja, a forma de emprego destes conceitos se modifica conforme a perspectiva analítica, o que altera a compreensão do papel das instituições no desenvolvimento.

Nesse sentido, para o institucionalismo evolucionário (IE), não se trata de indivíduos fazendo escolhas em um ambiente institucional dado, mas da capacidade de interação dos indivíduos com as instituições em um processo de transformação permanente que condiciona as escolhas (como será destacado na figura 1). O que nos leva a um ponto de diferenciação fundamental, ou seja, para a NEI, existe um apriorismo institucional, em que os indivíduos e as empresas (os “jogadores”) se adaptam às “regras do jogo”, enquanto que para o IE, os indivíduos adotam posturas condicionados pelo ambiente institucional, em que, por sua vez, as organizações (empresas, etc) também podem ser consideradas instituições. Uma maior abrangência em relação ao que se entende por instituição, torna a abordagem do IE mais complexa, mas ao mesmo tempo contribui para uma perspectiva analítica mais integrada das relações existentes entre instituições e indivíduos.

À exemplo da teoria neoclássica, a NEI acaba tendo que definir um “tipo” de indivíduo como ponto de partida para poder avançar em sua análise, quando de fato, o mais importante é entender o comportamento dos indivíduos em um ambiente institucional suscetível a mudanças e à inércia. Acaba incorrendo em um tipo de reducionismo, muito próximo do individualismo metodológico, o que a diferencia metodologicamente das abordagens institucionalistas evolucionárias.

A abordagem da NEI está centrada na teoria dos custos de transação (TCT), em que a racionalidade limitada dos indivíduos é potencializada pela complexidade e pela incerteza na tomada de decisão, que por sua vez potencializam o oportunismo (dado a assimetria de informação etc), afetando diretamente os custos de transação¹³. As instituições servem justamente para minimizar os efeitos negativos decorrentes deste conjunto de fatores que afetam as transações, podendo implicar em aumentos de custos. Portanto, instituições mais eficientes teriam efeitos positivos na redução dos custos de transação, contribuindo diretamente para melhorar a eficiência econômica em seu conjunto.

Outro aspecto fundamental que distingue as abordagens consideradas é a relação de causalidade. Para a NEI, a relação de causalidade se dá das instituições (“boas” e eficientes) em direção ao desenvolvimento, ao passo que, para o IE, não há uma relação de causalidade pré-estabelecida, mas as transformações estruturais produtivas tendem a exercer um efeito na mudança institucional quando se trata de desenvolvimento, e não o contrário. Neste sentido, para o IE, adotar instituições que “deram certo” em outros países, pode ter consequências

¹² Além de outros aspectos, a teoria keynesiana apresenta elementos institucionalistas pela forma como concebe a relação entre indivíduo e estrutura socioeconômica. Para Rotheim (1989/90), Chick (2004) e Winslow (1986) existem elementos consistentes na avaliação de Keynes para caracterizá-lo como um teórico organicista que assume complexidade na interação social; embora a discussão não se esgote facilmente (BATEMANN, 1989)

¹³ Há uma disputa em relação a origem da consideração dos custos de transação como afetando o desempenho econômico, entre as obras de John Commons (1931) e Ronald Coase (1937). De fato, a TCT, como tem sido expressa nos manuais, atribui a Ronald Coase a sua origem e tem em Oliver Williamson o seu principal formulador-exponente.

negativas para o desenvolvimento econômico de uma nação, pois a forma como tais instituições se estabeleceram nos países de origem foi inerente ao processo de desenvolvimento destes países, ou seja, muitas vezes aquelas são resultantes e não causadoras do desenvolvimento. O estranhamento desta proposição teórica é observável tanto em correntes evolucionárias contemporâneas como nos próprios escritos “clássicos” de Veblen. Autores que procuram resgatar o pensamento vebleniano sobre o processo de desenvolvimento (McCORMICK, 2002, CYPHER, 2009) demonstram que Veblen tratou de forma diferenciada os determinantes da produtividade, colocando o conhecimento humano em uma perspectiva evolucionária e tratando-o como elemento mais importante que os bens de capital utilizados pelas comunidades. Além do mais, contestou justamente o fato de que o desenvolvimento poderia vir com a incorporação das instituições existentes em outros países. Chegou a considerar que uma vez tomadas emprestadas determinadas tecnologias, os países que as copiavam poderiam evitar os problemas dos países de origem e que viriam com suas instituições (VEBLEN, 1915). Esses países evitariam ou postergariam problemas como a classe ociosa, os interesses investidos, o controle da indústria pelos negócios, entre outros.

A NEI entende que crescimento e desenvolvimento econômico são sinônimos, dado que o crescimento sustentado/continuado demonstra que a performance econômica decorre de uma maior eficiência institucional, em condições estabelecidas, ou seja, que as instituições importam e que as escolhas realizadas ao longo do tempo foram as mais adequadas possíveis.

A determinação de uma matriz institucional considerada eficiente pela NEI resulta na necessidade/possibilidade de mensuração de instituições que possibilitam o crescimento sustentado/desenvolvimento, de acordo com essa perspectiva. Estudos como os de Knack e Keefer (1995), e de Hall e Jones (1999) propõe a construção de um modelo de produção que considera as variáveis entendidas como instituições, além dos tradicionais fatores de produção capital e trabalho, para explicar o nível de renda dos países. Esses elementos correspondem principalmente aos direitos de propriedade e a capacidade dos países em garanti-los. Mesmo com a dificuldade de mensuração, nesses modelos variáveis como cumprimento da lei e de contratos, risco de expropriação, burocracia, índices de corrupção, índices de abertura econômica, etc. são utilizados como *proxys* de instituições.

Essa forma de análise que insere métricas quantitativas de instituições tem continuidade nos trabalhos de Acemoglu et al. (2001) e Rodrik et al. (2004). Na abordagem desses autores também são utilizadas as mesmas variáveis relativas às instituições formais, com a diferença de que são inseridos parâmetros que buscam representar condições geográficas e históricas. Esses estudos reforçam o entendimento de primazia da matriz institucional sobre outros fatores como condição para o desenvolvimento, no caso da NEI os direitos de propriedade mais especificamente. Como forma de explicar as diferenças de desenvolvimento entre os países, esses autores indicam que aquelas sociedades que passaram por um processo de formação onde se consolidaram instituições extrativas¹⁴, a constituição das regras formais e informais não permitiu uma clara definição dos direitos de propriedades. Não sendo essa matriz institucional eficiente, os custos de transação se elevam e os agentes não possuíam condições de tomar as decisões mais adequadas.¹⁵

¹⁴ As instituições extrativas seriam aquelas que não estabelecem a proteção dos direitos de propriedade de forma adequada e igualitária e abre a possibilidade de expropriação governamental. É o caso de países colonizados onde o objetivo era a extração de recursos e os ganhos eram transferidos quase que integralmente para os colonizadores (ACEMOGLU, 2001).

¹⁵ Como questiona Fiani (2011, p. 78): “(...) são direitos de propriedade inseguros que geram custos de transação elevados, ou são custos de transação elevados que impedem que os direitos sejam devidamente assegurados? (...). Quanto mais expressiva a presença de custos de transação, mais os direitos de propriedade serão especificados de forma imprecisa e incompleta.”

Ainda que de forma geral seja difícil estabelecer uma medida de instituições e de sua qualidade, e isto praticamente se limita às formais, essas análises empíricas reforçam o corpo teórico da NEI. Existe a ideia de improvimento institucional, assim na medida que as sociedades passam a adotar as “regras do jogo” adequadas se abre a possibilidade de atingir o crescimento sustentado, ainda que se precise considerar as dificuldades de mudança institucional pelo enraizamento das instituições vigentes.

Para o IE, crescimento e desenvolvimento não são sinônimos, justamente porque as instituições importam, dado que pode ocorrer crescimento em anos sucessivos com instituições que não favorecem o desenvolvimento, ou crescimento sem mudança institucional pró-desenvolvimento; desenvolvimento implica em mudança estrutural produtiva e institucional, simultaneamente, ou seja, em co-evolução com crescimento.

A forma como se compreende o processo de mudança institucional contribui para uma diferenciação acerca da NEI em relação ao IE, dado que na perspectiva predominante na NEI, em última instância, as instituições acabam sendo escolhidas pelos indivíduos, ao passo que, para os evolucionários, indivíduos e instituições interagem constantemente, em um ambiente em que as instituições condicionam as escolhas dos indivíduos.

Para o IE, os indivíduos relacionam-se por meio das instituições, cuja inércia estabelece mecanismos referenciais de comportamento, que não necessariamente conduzem a resultados positivos, bem como não implica em imutabilidade institucional. Além disso, existem “instituições imbecis”, segundo Veblen (1965), que afetam diretamente o comportamento individual e não contribuem para o desenvolvimento, mas ainda assim se estabelecem e perduram em razão da inércia, ou a partir do que Veblen (1965) conceitua como “conservantismo”.

A NEI não estabelece um padrão de indivíduo em sua análise, mas trata de condições institucionais que implicam na existência de um comportamento individual (vale para a empresa) referenciado pelo ambiente. Neste sentido, tanto para os indivíduos, mas sobretudo para as empresas, o que se presume, em relação a uma suposta eficiência econômica, é a existência de um padrão comportamental. Não há uma “firma representativa”, como na teoria neoclássica, mas um padrão comportamental esperado (maximizador, conforme Williamson, 1995), que busca a redução dos custos de transação em um ambiente estabelecido, o que também valeria para os indivíduos (*homo contractual*). Nesse sentido, o macroambiente institucional deve ser adequado para que os microfundamentos da economia possam operar de forma eficiente, como se a mudança institucional ocorresse de forma exógena ao mesoambiente institucional que, por sua vez, seria considerado essencialmente do ponto de vista da observação acerca das formas de efetivação e dos resultados da transação.

A evolução institucional, para o IE, é resultante de um processo não intencional, mas que se dá a partir de relações causais. Compreender a natureza destas relações é fundamental para analisar as trajetórias das economias. Nesse sentido, o macroambiente institucional não se sobrepõe ao meso ou ao microambiente institucional, como ocorre na análise da NEI. É sobretudo no nível micro-institucional que ocorrem as principais transformações, como em um epicentro do processo de mudança¹⁶.

Desde Veblen (2017 [1898]), tem sido parte central da agenda de pesquisa do “institucionalismo evolucionário” a busca por uma teorização que trate da mudança institucional, visando estabelecer relações causais, para a compreensão do processo de mudança econômica em seu conjunto.

A mudança institucional se daria em um processo contínuo, em que as novas tecnologias (físicas) afetariam diretamente a dinâmica social, implicando na mudança de hábitos, costumes etc. dos indivíduos, afetando diretamente o ambiente institucional. Este seria um processo de

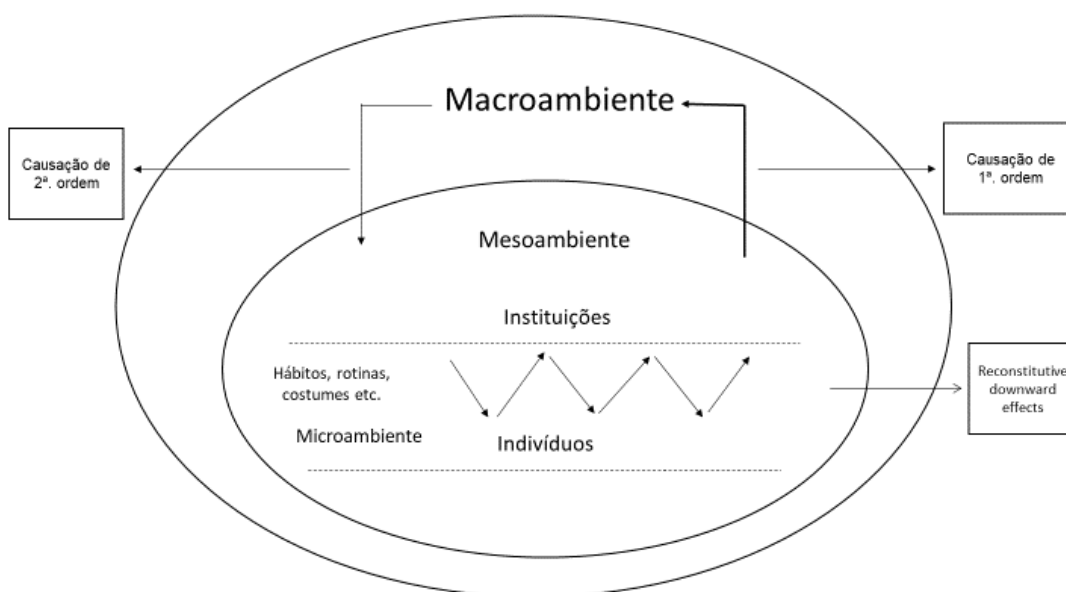
¹⁶ Esta perspectiva se coaduna sobretudo com a ideia de evolução dos autores neo-schumpeterianos, como Richard Nelson e Carlota Pérez.

transformação contínuo, ainda que por vezes a inércia (ou o “conservantismo”) dificultasse a mudança. Tal como reconheceu Veblen (1965) a forma de produção estabelecida acaba criando novos hábitos a partir da relação entre o processo produtivo estabelecido e o modo de vida prevalente. Além do mais, as tecnologias físicas, isto é, os meios de produção seriam incorporados de forma diferenciada pelas diversas sociedades, o que acabaria moldando uma trajetória específica de desenvolvimento a partir da relação entre as tecnologias físicas e as instituições de determinada época¹⁷.

Neste ponto, é importante destacar que o processo de mudança institucional, para o IE, é significativamente distinto da perspectiva da NEI. O esquema da Figura 1 abaixo visa apresentar algumas relações elementares para a análise do processo histórico de mudança institucional, na perspectiva do IE, a partir de um processo heurístico. A teorização adotada é de natureza apreciativa (NELSON, 1995), tendo como objetivo principal a compreensão/descrição do processo permanente de mudança, que não visa à elaboração de um esquema formal de análise; trata-se de uma abordagem holística (no sentido da sua multidisciplinaridade), não adotando uma postura preditiva, pois trata justamente da incerteza inerente ao processo de mudança.

Para tanto, faz-se necessário compreender as instituições como parte fundamental do processo de mudança social, na forma como aquelas são estabelecidas e socialmente “enraizadas”, independentemente de terem ou não caráter formal.

Figura 1 – Mudança institucional em uma perspectiva institucionalista “evolucionária”



Entende-se que a existência e duração (inércia) das instituições dependem dos hábitos de pensamento (VEBLEN, 2017 [1898]) e da ação dos indivíduos que, por sua vez, têm seu comportamento condicionado pela existência das instituições, em um processo evolutivo de interação que Hodgson (2011) conceitua como *reconstitutive downward effects*: os agentes e a estrutura institucional, apesar de distintos, estão conectados em um ciclo de interação mútua e

¹⁷ Para Veblen (1915) mais importante do que o capital é o conhecimento das sociedades. Desta forma, afirma que mesmo as comunidades sofrendo com a perda dos seus meios de produção, o conhecimento irá garantir que tal capacidade produtiva seja recuperada visto que o capital é apenas uma materialização do conhecimento acumulado pelos seres humanos.

de interdependência, como se estivessem em uma espécie de caixa de ressonância, que transborda do meso para o macroambiente.

Os indivíduos nascem em um ambiente institucional, do qual participam/modificam ao longo do tempo. “A história da vida econômica do indivíduo é um processo cumulativo de adaptação dos meios aos fins que muda cumulativamente à medida que o processo continua; tanto o agente quanto o ambiente são, em qualquer momento, o resultado do processo passado.” (VEBLEN, 2017 [1898], p. 46) Portanto, a única certeza é que a mudança é um processo permanentemente em curso, ainda que por vezes seja demorado e dispendioso.

O processo de mudança ocorreria no microambiente institucional, inserido em um mesoambiente institucional, que acaba exercendo uma influência no macroambiente (causação de 1ª. ordem)¹⁸; ou seja, são, sobretudo, as mudanças micro (*ex ant*) que afetam o ambiente macro (*ex post*). Entretanto, a seta que parte do macroambiente, indica uma causação de 2ª. ordem, como efeito secundário, em que há influência do ambiente macro sobre as instituições e, por conseguinte, sobre os indivíduos, ainda que as mudanças ocorram, em primeira instância (primazia causal), nas relações entre indivíduos e instituições, seguindo uma lógica do “micro para o macro” (HODGSON, 1997), a partir de mecanismos de retroalimentação, amparados em hábitos, costumes, rotinas etc. Ou seja, a mudança institucional deve ser compreendida a partir das vinculações existentes entre os diferentes ambientes econômicos, com destaque para as relações que os indivíduos estabelecem com as/e a partir das instituições. Portanto, não existe uma passagem direta do micro para o macro (e vice-versa), dado que são as instituições que fazem estas conexões.

Para o IE, as relações existentes entre indivíduos e instituições formam hábitos de pensamento que moldam comportamentos. Como observa Conceição (2017, p. 325 e 327): “Os hábitos dos indivíduos tanto fortalecem como são fortalecidos pelas instituições. (...) o que distingue o velho do novo é a centralidade do hábito.” A NEI não aborda o processo de “causação cumulativa”, portanto, não considera os mecanismos de retroalimentação, fundamentais para um processo de mudança institucional, como destacado na perspectiva do IE, desde Veblen.

A abordagem da NEI apresenta limites em relação ao processo de mudança institucional, o que implica em uma compreensão limitada acerca do papel das instituições no desenvolvimento, afetando diretamente o caráter normativo das suas proposições, fundamentalmente no que se refere a adoção de políticas econômicas por parte dos governos nacionais. A NEI parece delegar às instituições o papel fundamental de definir o nível de desenvolvimento sem observar que este se trata de um fenômeno complexo, portanto, uma propriedade emergente que resulta da interação entre instituições e indivíduos que determina as melhores formas de produção e de distribuição da riqueza em determinado período de tempo.

4- Quando as instituições e a complexidade “se encontram”: uma síntese como considerações finais

Esta seção procura estabelecer algumas relações existentes entre mudança estrutural produtiva e mudança institucional, como dois processos cuja simultaneidade é fundamental para compreender o desenvolvimento econômico enquanto fenômeno complexo. Para tanto, faz uma síntese, integrando os principais argumentos apresentados nas duas seções anteriores, na forma de análise crítica.

As diferentes relações entre aspectos teórico-metodológicos observados nas duas “vertentes” institucionalistas abordadas neste texto, constituem-se em importantes aspectos relacionados a forma como as instituições deveriam ser incorporadas em uma abordagem do

¹⁸ Causação cumulativa, ou a retroalimentação causas-efeitos, no sentido empregado por Veblen (2017 [1898]).

desenvolvimento, em seu caráter complexo. Para além do uso de conceitos comuns, a complexidade econômica requer uma forma de compreensão em que a interação entre indivíduos e instituições (na formação de hábitos etc) tenha papel de destaque sobretudo no que se refere a acumulação de conhecimento e as formas de seu uso e da sua difusão.

Ao que tudo indica, a abordagem institucionalista evolucionária seria compatível com a abordagem da complexidade, não apenas porque se utiliza de alguns conceitos em comum, mas porque combinam a forma de interpretação e análise conceitual, e se complementam em uma perspectiva de desenvolvimento econômico de natureza dinâmica e imprevisível, ao passo que as instituições formais, adotadas em algumas análises, baseadas em grande medida nos argumentos da NEI, apresentam limitações no que se refere a compreensão do desenvolvimento econômico enquanto fenômeno complexo e dinâmico. Por sua vez, as análises sobre complexidade, que demandam a quantificação das instituições, ou de seus resultados, encontram maior respaldo na NEI, o que acaba não contribuindo para uma análise da mudança institucional; as instituições são tomadas como dadas, apresentam-se como referências quantificáveis.

Para Furtado (2000), aspectos relativos à singularidade do desenvolvimento, que envolvem a dependência da trajetória, o aprisionamento a algum “modelo” (que levaria, por exemplo, às dificuldades de superação do subdesenvolvimento), são decorrentes em grande medida das relações existentes entre a estrutura produtiva e os arranjos institucionais vigentes, situação que se configura tanto intra-países como nas relações econômicas internacionais. Estes seriam aspectos que, tratados de forma interligada, demonstram a complexidade inerente ao processo de compreensão do desenvolvimento, dos pontos de vista teórico-conceitual, histórico e aplicado.

Em relação aos aspectos teórico-conceituais, o uso comum de ideias relacionadas a dependência da trajetória, aprisionamento, evolução, dinamismo, conhecimento tácito entre outros, de forma interligada, reforça a necessidade de que a abordagem da complexidade necessita considerar os elementos institucionais em uma análise do desenvolvimento. Não basta apenas incorporar a ideia de que as instituições importam, e abordá-las a partir de um ranqueamento para definir quais as “melhores” e as “piores” instituições. A observação das instituições como resultado do processo de desenvolvimento, portanto, mensuráveis, não reflete a complexidade que envolve a mudança institucional como aspecto central da mudança; corre-se o risco de tomar o resultado como se fosse a causa.

Cabe destacar que a abordagem da complexidade, apesar de centrada sobretudo em dados sobre comércio, tem dado uma contribuição fundamental para a compreensão das mudanças estruturais que vêm ocorrendo em diferentes economias ao longo das últimas décadas. Também destaca-se o esforço realizado para incorporar na perspectiva de mudança estrutural a compreensão do papel das instituições no desenvolvimento econômico, como um fenômeno cuja complexidade requer esta interação.

No entanto, a necessidade de apresentar resultados mensuráveis, parece ter aprisionado a abordagem da complexidade em um universo institucionalista que tende a considerar as instituições como questões prévias ao desenvolvimento, quando de fato são elementos carregados de história, mesmo as formais.

Nesse sentido, tem sido fundamental identificar que perspectivas teórico-conceituais são compatíveis em uma análise do desenvolvimento, dado a sua complexidade. Ao que tudo indica, critérios meramente quantificáveis não devem ser os balizadores fundamentais desta escolha, o que tem ocorrido, na medida em que a abordagem da NEI tem se destacado nos estudos sobre complexidade econômica que incorporam as instituições.

Ao que tudo indica, um tratamento do desenvolvimento econômico, como decorrente de mudanças estruturais e institucionais, de forma interligada, e como um fenômeno complexo, circunstanciado por incerteza, requer um uso de conceitos mais adequados na sua mensuração,

para que não se confunda causa com efeito. As relações causais, em uma abordagem institucionalista evolucionária não se estabelecem de forma simples e unidirecional.

Com base no que foi exposto ao longo do texto, entende-se que não é viável separar os aspectos estruturais dos institucionais, quando o objetivo é a compreensão do desenvolvimento como um processo histórico e de longo prazo. De certo modo, a literatura sobre complexidade econômica tem empreendido o esforço de relacionar o ambiente institucional a estrutura produtiva, como aspectos integrados e inseparáveis do desenvolvimento. Nesse sentido, tem sido cada vez mais necessário um esforço de compreensão do papel das instituições na mudança econômica, dado que o desenvolvimento é em si um fenômeno complexo.

De fato, entende-se que não há um paradoxo em relação ao uso da perspectiva institucionalista da NEI nas análises sobre complexidade; no entanto, cabe observar que trata-se de uma abordagem limitada, pois aborda a mensuração de resultados, portanto, uma definição previa do que são “boas” e “más” instituições, e de como elas promovem ou entram o desenvolvimento. Já o institucionalismo, com viés evolucionário (a partir da OIE), centra a sua análise no processo de mudança institucional quando se trata de identificar o desenvolvimento econômico como fenômeno complexo, em que as mudanças produtivas e institucionais se autorreforçam.

Referências

- ARROW, Kenneth J. The Economic Implications of Learning by Doing. **The Review of Economic Studies**, v. 29, n. 3, p. 155-173, 1962.
- ACEMOGLU, D.; JOHNSON, S.; ROBINSON, James A. The colonial origins of comparative development: An empirical investigation. **American economic review**, v. 91, n. 5, p. 1369-1401, 2001.
- AGLIETTA, M. **Régulation et crises du Capitalisme: l'expérience des États-Unis**. Paris, Calmann-Lévy, 1976.
- ARTHUR, W. B. Positive feedbacks in the economy. **Scientific American**, v. 262, n. 2, p. 92-99, 1990.
- ARTHUR, W. B. **Increasing returns and path dependence in the economy**. University of Michigan Press, 1994.
- ARTHUR, W. B. **The nature of technology: what it is and how it evolves**. Simon and Schuster, 2009.
- ARTHUR, W. B. **Complexity and the Economy**. Oxford University Press, 2014.
- ARTHUR, W. B. Foundations of complexity economics. **Nature Reviews Physics**, v. 3, n. 2, p. 136-145, 2021.
- BATEMAN, B. W. “Human logic” and Keynes’ economics: a comment”. *Eastern Economic Journal*, v. 15, nº1: 63-67, 1989.
- BEINHOCKER, E. D. **The origin of wealth: Evolution, complexity, and the radical remaking of economics**. Harvard Business Press, 2006.
- BOYER, R. **A teoria da regulação: uma análise crítica**. São Paulo: Nobel, 1990.
- BOYER, R; SAILLARD, Y. A summary of regulation theory. In: BOYER, R; SAILLARD, Y. **Regulation Theory: The state of the art**. Paris: La Découverte & Syros, 2002.
- BRUNO, M. A. P. **Crescimento econômico, mudanças estruturais e distribuição as transformações do regime de acumulação no Brasil: uma análise regulacionista**. 2004. Tese (Doutorado em Economia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.
- BRUNO, M. A. P. Macroanálise, regulação e o método: uma alternativa ao holismo e ao individualismo metodológicos para uma macroeconomia histórica e institucionalista. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 25, n. 4, p. 337-356 out./dez. 2005.

- CARVALHO, A. R. de; CARDOSO, F. G. Elementos de complexidade na economia do desenvolvimento de Furtado e Noyola. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 1 (71), p. 91-114, janeiro-abril 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ecos/v30n1/1982-3533-ecos-30-01-91.pdf>. Acesso em: 29 de abril de 2021.
- CHANG, H.-J.; EVANS, P. The role of institutions in economic change. *In*: DYMSKI, G.; DA PAULA, S. (Eds.). **Reimagining Growth**. London: Zed Press, 2005. p. 99–129.
- CHICK, V. On Open Systems. **Brazilian Journal of Political Economy**, vol. 24, nº 1 (93), January-March/2004.
- CONCEIÇÃO, O. A. C. Crise e regulação: a metamorfose restauradora da reprodução capitalista. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 8, n. 1, p. 155-174, 1987.
- COLANDER, D. Complexity and the history of economic thought. *In*: **Handbook of Research on Complexity**. Edward Elgar Publishing, 2009.
- CONCEIÇÃO, O. A. C. **Instituições, crescimento e mudança na ótica institucionalista**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser (FEE), 2001.
- CONCEIÇÃO, O. A. C. A contribuição das abordagens institucionalistas para a constituição de uma teoria econômica das instituições. **Ensaio FEE**, Porto Alegre - RS, v. 23, n. 1, p. 77-106, 2002.
- CONCEIÇÃO, O. A. C. Há compatibilidade entre a "tecnologia social" de Nelson e a "causalidade vebleniana" de Hodgson? **Brazilian Journal of Political Economy**, São Paulo, v. 32, n. 1, p. 109-127, 2012.
- CONCEIÇÃO, O. A. C. Uma avaliação da agenda de pesquisa da Escola Institucionalista Original. *In*: SALLES, A. O. T.; PESSALI, H.; FERNÁNDEZ, R. G. (Orgs.). **Economia institucional: fundamentos teóricos e históricos**. São Paulo: Editora Unesp, 2017. p. 297-336.
- CYPHER, J. M. On the Income Gap Between Nations: Was Veblen the First Development Economist?, **Journal of Economic Issues**, 43:2, 361-370, 2009
- DOSI, G. The Nature of Innovative Process, *IN*: G DOSI *et al.*, **Technical Change and Economic Theory**, London: Printer, 1988b
- FIANI, R. **Cooperação e conflito: instituições e desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.
- FURTADO, C. **Teoria e política do desenvolvimento**. 10. ed. SP: Paz e Terra, 2000.
- GARCIA, R. Geografia da inovação. *In*: RAPINI, M.; RUFFONI, J.; SILVA, L. A.; ALBUQUERQUE, E. Da M. (Orgs.). **Economia da ciência, tecnologia e inovação: fundamentos teóricos e a economia global**. 2.ed. Belo Horizonte: FACE – UFMG, 2021. Cap. 11, p. 266-293.
- HALL, R. E.; JONES, C. I. Why do some countries produce so much more output per worker than others?. **The quarterly journal of economics**, v. 114, n. 1, p. 83-116, 1999.
- HAUSMANN, R.; KLINGER, B. The structure of the product space and the evolution of comparative advantage. **CID Working Paper Series**, 2007.
- HAUSMANN, R. et al. **The atlas of economic complexity: Mapping paths to prosperity**. Mit Press, 2014.
- HIDALGO, C. A. et al. The product space conditions the development of nations. **Science**, v. 317, n. 5837, p. 482-487, 2007.
- HIDALGO, C. A.; HAUSMANN, R. The building blocks of economic complexity. **Proceedings of the national academy of sciences**, v. 106, n. 26, p. 10570-10575, 2009.
- HIDALGO, C. **Why information grows: The evolution of order, from atoms to economies**. Basic Books, 2015.
- HIDALGO, C. A. Economic complexity theory and applications. **Nature Reviews Physics**, v. 3, n. 2, p. 92-113, 2021.
- HODGSON, G. M. Post-Keynesianism and Institutionalism: The Missing Link. *In*: PHEBY, J (ed.). **New directions in post-keynesian economics**. Aldershot: Edward Elgar, 1989.

- HODGSON, G. M. **Economia e evolução**: o regresso da vida à teoria econômica. Oeiras: Celta, 1997.
- HODGSON, G. M. From micro to macro: the concept of emergence and the role of institutions. International seminar “**Institutions and Economic Development**: Towards a Comparative Perspective on State Reform”. Rio de Janeiro: UFRJ, Brazil, 12-14, nov. 1997.
- HODGSON, G. M. Post-keynesianism and institucionalism: another look at the link. *In*: SETTERFIELD, Mark. **Growth, employment and inflation**: essays in honour of John Cornwall. London: Macmillan, 1998.
- HODGSON, G. M. What are institutions? **Journal of Economic Issues**, v. XL, n.1, p.1-25, mar. 2006.
- HODGSON, G. M. Institutions and individuals: interaction and evolution. **Organization Studies**, v.28, n.1, p. 95-116, jan. 2007.
- HODGSON, G. M. **Downward causation** - some second thoughts. Watford - UK. Disponível em: <<http://www.geoffrey-hodgson.info/downward-causation.htm>>. Acesso em: 26 ago. 2011
- KNACK, S.; KEEFER, P. Institutions and economic performance: cross-country tests using alternative institutional measures. **Economics & Politics**, v. 7, n. 3, p. 207-227, 1995.
- MATHEWS, R. C. O. The economics of institutions and the sources of growth. **The Economic Journal**, Oxford, v. 96, p. 903-18, 1986.
- MCCORMICK, K. Veblen and the New Growth Theory: Community as the Source of Capital's Productivity. *Review of Social Economy*, 60(2), 263-277, 2002.
- NORTH, D. C. **Institutions, institutional change and economic performance**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- NORTH, D. C. Institutions. **The Journal of Economic Perspective**, v. 5, n. 1, p. 97-112, winter 1991.
- RODRIK, D.; SUBRAMANIAN, A.; TREBBI, F. Institutions rule: the primacy of institutions over geography and integration in economic development. **Journal of economic growth**, v. 9, n. 2, p. 131-165, 2004.
- ROTHEIM, R. J. Organicism and the role of individual in Keynes's thought. **Journal of Post-Keynesian Economics**, v. 12, nº 2: 316-326, 1989-1990.
- PEREIRA, A. J.; LOPES, H. C.; CONCEIÇÃO, O. A. C. **Economia institucional e dimensões do desenvolvimento**. Santa Maria-RS: Editora de UFSM, 2019.
- VEBLEN, T. **A teoria da classe ociosa**: um estudo econômico das instituições. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1965.
- VEBLEN, T. B. (1898). Por que a economia não é uma ciência evolucionária? In: SALLES, A. O. T. *et al* (Org.). **Economia institucional**: fundamentos teóricos e históricos. São Paulo: Editora da Unesp, 2017. p. 31-52.
- VEBLEN, T. Imperial Germany and the Industrial Revolution. New York, NY: Sentry Press. 1964 [1915].
- WILLIAMSON, O. E. The institutions of governance. **The American Economic Review**, v. 88, n. 2, p. 75-79, May 1998.
- WILLIAMSON, O. E. The New Institutions Economics: tacking stocks, looking ahead. **Journal of Economic Literature**, Nashville, v. XXXVIII, p. 595-613, Sept. 2000.
- WINSLOW, E. G. “Human Logic” and Keynes' Economics. *Eastern Economic Journal*, v. 12, nº4: 413-430, 1986.